

## **Discurso, autoritarismo e grupos minorizados: uma cartografia contemporânea**

Discourse, authoritarianism and Minority Groups: a contemporary cartography

Discurso, autoritarismo y grupos minoritarios: una cartografía contemporânea

Discours, autoritarisme et groupes minoritaires : une cartographie contemporaine

Amanda Braga<sup>1</sup>

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

braga.ufpb@hotmail.com

Israel de Sá<sup>2</sup>

Universidade Federal de Uberlândia – UFU

israeldesa@gmail.com

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Observatório do Discurso (UFPB) e vice-coordenadora do Grupo Interinstitucional de Estudos de Discursos e Resistências – GEDIR (UFU/ UFPB/ UFS/ UFSCar).

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Instituto de Letras e Linguística e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenador do Grupo Interinstitucional de Estudos de Discursos e Resistências – GEDIR (UFU/ UFPB/ UFS/ UFSCar) e vice-coordenador do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos – LEDIF (UFU).

*Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos **autoritários** que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder*  
(SCHWARCZ, 2019, p. 19, grifo nosso).

Começamos pelo episódio de que nos lembrou recentemente Lilia Schwarcz (2019): na primeira metade do século XIX, após declarada a Independência e estabelecida a Monarquia com a coroação de Dom Pedro I, o Brasil vislumbrava a construção de uma nova nação. Tal construção exigia uma série de tarefas: a elaboração de uma nova Constituição, a promoção de políticas públicas, o empenho de profissionais no planejamento das novas cidades e a judicialização dos processos. Mas a construção de uma nova nação exigia mais: exigia principalmente a construção de uma nova história para o país, agora desvinculada da história portuguesa. É sintomática daquele momento a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, no Rio de Janeiro, em 1838. Sua meta era clara e estava desde já anunciada: “construir uma história que elevasse o passado e que fosse patriótica nas suas proposições, trabalhos e argumentos” (SCHWARCZ, 2019, p. 13).

Seis anos mais tarde, em 1844, o primeiro concurso público organizado pelo Instituto trabalharia no cumprimento de sua meta. Ali, os candidatos deveriam discorrer sobre o seguinte tema: “Como se deve escrever a história do Brasil”. Pela própria formulação da temática, ao menos duas posturas poderiam ser adotadas pelos aspirantes ao prêmio: por um lado, poder-se-ia propor uma historiografia comprometida com aquilo que se teria processado desde 1500, considerando um senso crítico capaz de denunciar a invasão portuguesa e as tantas arbitrariedades que lhe sucederam; por outro lado, poder-se-ia também propor um trabalho historiográfico comprometido com a narrativa europeia, com a recém-instituída monarquia, com uma origem mítica e carregada de glórias passadas que ecoariam no presente e no futuro. De um modo ou de outro, tratava-se de propor um regime de memória que construiria, interpretaria e qualificaria a história brasileira.

Não por acaso, o vencedor do concurso foi um estrangeiro: o naturalista bávaro Karl von Martius. Em seu texto, Martius defendia uma reflexão historiográfica pautada naquilo que lhe parecia particularidade brasileira: a mestiçagem. Seria preciso mostrar, segundo ele, “como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento das três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra” (MARTIUS apud SCHWARCZ, 2019, p. 15). A princípio, a horizontalidade da imagem – três raças “uma ao lado da outra” – supõe um Brasil capaz de acomodar brancos, negros e indígenas sob o mesmo teto e sob as mesmas condições de vida, numa convivência pacífica e harmoniosa.

Mas ao mesmo tempo em que pressupunha essa ausência de desigualdades, a metáfora dos rios utilizada pelo naturalista deixaria entrever certa hierarquia entre as raças. Isto porque Martius defendia uma nação constituída por três grandes rios: um rio grande e caudaloso, constituído pelos brancos, um segundo menor, constituído pelos indígenas, e um terceiro rio, ainda mais diminuto, constituído pelos negros. Em consonância com o tamanho de cada um, a ideia de Martius era a de que o rio maior, de herança portuguesa, acabaria por absorver e mesmo por “limpar” os demais.

A vitória de Martius representava, pois, o desejo imperial de “contar uma história pátria – a europeia – e mostrar como ela se imporia, ‘naturalmente’ e sem conflitos, às demais” (SCHWARCZ, 2019, p. 16). A vitória de Martius era o triunfo de uma história que se queria pacífica, a despeito de atrocidades como o sistema escravocrata, que ainda vigoraria até o fim do século, e a dizimação dos povos indígenas, cujas terras continuariam a ser invadidas. A vitória de Martius era, enfim, a melhor expressão daquilo que caracterizaria os governos autoritários: as formas de apagamento que atenuam as desigualdades e invisibilizam as práticas de violência, impossibilitando o reconhecimento de seus efeitos perversos e a promoção de um combate efetivo. Não por acaso, o texto de Martius ganharia ampla repercussão por parte do IHGB e acabaria por produzir eco em grande parte da Sociologia produzida no Brasil no século XX.

Para comprová-lo, basta que citemos a ideia segundo a qual o Brasil seria uma *democracia racial*: ideia que será denunciada por Florestan Fernandes como sendo um mito, mas que nem por isso deixará de frequentar, nas últimas décadas do século XIX e principalmente na primeira metade do século XX, a obra de autores como Sílvio Romero, Oliveira Viana, Artur Ramos e Gilberto Freyre. Se, àquela altura, a ideia de um paraíso racial construía a imagem de um Brasil no qual não havia barreiras institucionais para a ascensão social dos negros, a expressão *democracia racial* surge da tentativa de lhe ofertar um caráter propriamente científico (GUIMARÃES, 2002). Usada pela primeira vez por Arthur Ramos, em *Guerra e relações de raça* (1943), a expressão consolida-se, no Brasil e para além dele, na obra de Gilberto Freyre (2006). Trata-se de um mito que abrandou as atrocidades que sempre perpassaram as relações entre brancos e negros por aqui e que, justamente por isso, impediu, em grande medida, o reconhecimento e o efetivo combate de um racismo que é, como sabemos, estrutural (ALMEIDA, 2019).

Mas as crenças de que lançou mão o autoritarismo brasileiro a fim de silenciar as práticas de violência processadas em *terras brasilis* não se limitaram ao mito da *democracia racial*. Chauí (2019) cita algumas outras: i) a crença de que o Brasil “é um dom de Deus e da

Natureza”; ii) a crença de que, a despeito das dificuldades, o brasileiro é um povo pacato, generoso, feliz e sensual; iii) a crença de que estamos em um país deveras acolhedor, no qual prosperam todos aqueles que se dispõem a trabalhar, uma vez que não haveria, por aqui, discriminação de classe, de raça ou de credo; iv) e ainda aquela segundo a qual, pela própria dimensão continental, estaríamos em um “país dos contrastes” regionais, o que atestaria uma produtiva e harmônica pluralidade econômica e cultural. Como se pode ver, trata-se de representações que invisibilizam a violência e que permitem que uma sociedade que “pratica o *apartheid* social possa ter de si a imagem positiva de unidade fraterna, ocultando para si mesma a violência social que a constitui” (CHAUI, 2019, p. 150).

Com isto, vê-se que a consagração de “certa” história oficial, tal como queria a monarquia brasileira na primeira metade do século XIX e em nome da qual se empenhou IHGB, não representava um mero recurso inócuo ou didático, mas representava toda uma política de Estado autoritária e estrategicamente constituída para produzir e fazer reverberar certas narrativas a despeito de outras. Tratou-se de uma política que optou por suavizar ou mesmo esquecer os problemas estruturais, operando uma naturalização das desigualdades em nome de uma narrativa mítica, desencontrada de sua própria história e de seu próprio povo. Assim, se podemos afirmar que as práticas de violência fazem parte da estrutura social brasileira e que são intrínsecas à própria formação do país enquanto nação, é também certo que as formas de silenciamento que lhe foram imputadas impediram seu diagnóstico e, conseqüentemente, seu enfrentamento.

Um episódio representativo e mais recente desse silenciamento – que, como se pode presumir, não se limitou às narrativas relacionadas às questões raciais – é a fórmula segundo a qual seria “preciso esquecer para seguir adiante”, que pode ser depreendida das políticas de transição da ditadura desde a Lei de anistia (SÁ, 2015). Ao contrário de outros países latino-americanos, em que a reconstrução e a manutenção da memória de períodos ditatoriais se efetivaram com maior força e se mantiveram vivas no imaginário popular, como no Chile e na Argentina, no Brasil, a produção da memória da ditadura para inscrição do processo de abertura foi feita com base no apagamento das práticas de repressão que aí se deram. Uma análise mais acurada poderia nos mostrar que, se havia, por um lado, a produção e a circulação de enunciados como “é preciso lembrar para fazer justiça”, “é preciso lembrar para não acontecer novamente” e “é preciso lembrar, mas não se vingar”; havia, por outro lado, com ainda mais força, efeito e alcance, a produção e a distribuição de enunciados que sugeriam o esquecimento: “é preciso esquecer para continuar”, “é preciso esquecer para não reviver/produzir conflitos”, “é preciso esquecer, mas apenas depois de se fazer justiça” (SÁ, 2015, p. 69). Eis aí uma forma de

silenciamento da história que considera o esquecimento como pré-requisito para a pacificação e que acaba não apenas por naturalizar as arbitrariedades cometidas pelo regime civil-militar, mas também por instaurar uma “política de restos” que institui efeitos de violência no presente, especialmente contra grupos historicamente marginalizados.

Não são fruto do acaso, portanto, os enunciados dulcificados a que assistimos no Brasil dos últimos anos relativamente à ditadura. Tais enunciados são, antes, um atestado da força e da duração desse processo de apagamento. Apenas a título de exemplo, lembremos de algumas declarações do agora ex-presidente Jair Bolsonaro: em julho 2018, no programa *Roda Viva*, o então candidato à presidência negou que tenha havido golpe militar em 1964: “Não houve golpe militar em 1964. Quem declarou vago o cargo do presidente na época foi o Parlamento. Era a regra em vigor”<sup>3</sup>. Esse mesmo discurso justificaria a determinação do próprio Bolsonaro, em março de 2019, já eleito e empossado presidente, de realizar nos quartéis cerimônias comemorativas relativas à tomada de poder pelos militares, em março de 1964. No canal de comunicação oficial do Planalto, em 31 de março de 2019, um vídeo defendia a versão de Bolsonaro: “O Exército nos salvou. Não há como negar. E tudo isso aconteceu num dia comum de hoje, um 31 de março. Não dá para mudar a história”, dizia o ator<sup>4</sup>. Já em 2020, mais uma vez no dia 31 de março, ao ser questionado por simpatizantes quando saía do Palácio do Planalto, Bolsonaro afirmava: “Hoje é o dia da liberdade”<sup>5</sup>. Como se pode ver, são narrativas promovidas pelo autoritarismo e cuja manutenção se dá na base do silêncio.

Fazendo jus à sua postura autoritária, a partir de 2020, o então presidente estenderia esse apagamento também às narrativas relativas à pandemia pela Covid-19. Em março de 2020, em mais de uma ocasião, sendo uma delas um pronunciamento oficial, Bolsonaro reduziu a pandemia, que àquela altura já fazia suas primeiras vítimas, a uma “gripezinha”. No mesmo mês, ao ser indagado sobre a possibilidade de o Brasil se igualar aos Estados Unidos em número de mortos, quando os norte-americanos já acumulavam 82 mil casos da doença, o então presidente afirmou que o brasileiro precisaria ser “estudado”, uma vez que “pula em esgoto e não acontece nada”. Se na declaração anterior a pandemia estava reduzida a uma “gripezinha”, aqui, as doenças provocadas particularmente pela falta de saneamento básico estavam reduzidas

---

<sup>3</sup> *Bolsonaro no Roda Viva: 'Não houve golpe militar em 1964'*. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,nao-houve-golpe-militar-em-64-afirma-bolsonaro-no-roda-viva,70002423000>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

<sup>4</sup> *Planalto divulga vídeo que exalta golpe militar de 1964*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/planalto-divulga-video-que-exalta-golpe-militar-de-1964-23563896>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

<sup>5</sup> *Bolsonaro se refere a aniversário do golpe de 64 como 'dia da liberdade'*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/bolsonaro-se-refere-a-aniversario-do-golpe-de-64-come-dia-da-liberdade.shtml>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

a “nada”. Já em setembro de 2021, momento em que mais de 584 mil pessoas já haviam morrido no Brasil, Bolsonaro afirmou, em entrevista aos alemães Vicky Richter e Markus Haintz, ligados à direita radical, que a Covid-19 “apenas encurtou por alguns dias ou algumas semanas” a vida das pessoas que tinham comorbidades. Em janeiro de 2022, ao comentar as tantas mortes de crianças em decorrência do vírus, o então presidente ainda daria a seguinte declaração: “Algumas morreram? Sim, morreram, lamento profundamente, mas é um número insignificante, tem que levar em conta se elas tinham comorbidade também”<sup>6</sup>. Nestas duas últimas declarações, vê-se o apagamento da própria morte e de seu assombroso quantitativo ao longo da pandemia.

É justamente como um contraponto a esse apagamento, promovido por práticas discursivas que se esquivam da história e que naturalizam as violências estruturais, que este dossiê se apresenta. Se estamos, hoje, após 2 anos de pandemia e 4 anos de um governo autoritário, divididos entre o conforto da distração e o compromisso com nosso tempo, aceitemos o desafio proposto por Fuks (2023), para quem é preciso aprender com os traumas do passado e encampar, no presente, um movimento de justiça e memória:

Distrair-se e esquecer é gesto compreensível, é parte de um impulso vital, ajuda a recuperar a sanidade que nos é tão cara. Mas, contra uma violência oficial e estruturada, um arbítrio que corroe por dentro as bases do país e gerou vítimas por toda parte, ignorar e deixar para trás nunca há de bastar. O processo que agora se inicia tem que se fazer também ele oficial e estruturado, abrangente e sistemático. Não nos distraiamos demais, é hora de realizar um vasto movimento de justiça e de memória (FUKS, 2023)<sup>7</sup>.

A proposta de Fuks denuncia a “violência oficial e estruturada” e chama nossa atenção ao gesto do esquecimento, tantas vezes visitado ao longo da história brasileira e que chega a ser, nas palavras do próprio autor, “compreensível”, em favor da sanidade, mas que deve ser agora ignorado, em benefício da justiça e da memória. A proposta de Fuks é uma convocatória à resistência diante do apagamento autoritário e é nessa tarefa que se inscreve este dossiê. Mais especificamente, nosso interesse foi o de promover uma cartografia dos discursos autoritários que hoje funcionam no Brasil: tanto daqueles que se ocupam do silenciamento das violências estruturais, fazendo valer uma ideia de Brasil pacifista e igualitário, quanto daqueles que denunciam as opressões e sofrem, com isto, constantes tentativas de silenciamento.

---

<sup>6</sup> 2 anos de covid: Relembre 30 frases de Bolsonaro sobre pandemia. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/2-anos-de-covid-relembre-30-frases-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

<sup>7</sup> Referência eletrônica, ausência de página.

Neste segundo caso, interessou-nos particularmente os discursos direcionados aos grupos minorizados, que permanecem em constante estado de vulnerabilidade social na medida em que lhes são negados, pelo poder hegemônico, os direitos humanos universais, como a liberdade e a segurança: referimo-nos às inúmeras práticas de coerção endereçadas às mulheres; à violência, simbólica ou não, praticada contra o público LGBTQIAPN+; às práticas de violação às quais estiveram historicamente submetidas as populações originárias; ao desamparo político sob o qual subsistem os menos favorecidos; ao racismo sistêmico que impede a emancipação social e política da negritude; referimo-nos, enfim, à xenofobia endereçada aos imigrantes e/ou refugiados. O intuito foi o de cartografar as opressões autoritárias para resistir às políticas de apagamento, visibilizando a opressão que atinge tais grupos e agenciando, portanto, vias de enfrentamento: um modo de reaver a memória que nos foi furtada, a fim de problematizar o presente e projetar o futuro.

Para tanto, em termos teórico-metodológicos, recorreremos aos estudos do discurso em suas diversas vertentes a fim de refletir sobre e analisar o funcionamento discursivo das práticas autoritárias no Brasil, de modo particular, e na América do Sul, de modo geral. Esta abordagem, que articula linguagem e história, permite refletir sobre os processos de constituição/formação, formulação e circulação dos discursos na sociedade e seu funcionamento como prática, de modo a produzir identidades, subjetividades, modos de viver (e sofrer) no presente.

A seguir, apresentamos os textos que compõem este número da revista *Heterotópica* na sequência em que estão dispostos no sumário; para a descrição dos trabalhos, nos valem de alguns trechos retirados dos resumos propostos.

Jacyane Dantas de Sousa, em *Dispositivo identitário e bandeira nacional: do autoritarismo às resistências*, busca problematizar o funcionamento da bandeira brasileira enquanto símbolo nacional e elemento do dispositivo identitário durante períodos autoritários, para posteriormente evidenciar os lugares de resistência construídos por meio de sua *reativação*. Inscrita nos Estudos Discursivos Foucaultianos e em seu método arqueogenalógico de análise dos discursos, a autora analisa o funcionamento discursivo da bandeira brasileira durante o Estado Novo, a Ditadura Militar, e mais recentemente, durante a convulsão social que culmina com a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, demonstrando como as formas de *reativação* desse símbolo possibilitam a resistência de grupos minorizados.

No texto *As formas discursivas do pastorado bolsonarista*, Sandson de Souza Costa e Edgley Freire Tavares examinam a atualidade das práticas discursivas da política brasileira com o objetivo de propor uma crítica às formas de poder pastoral atualizadas nas práticas fundamentalistas no Governo Bolsonaro. Fundamentados nas perspectivas arqueológica e

genealógica de Michel Foucault, os autores analisam enunciados publicados no *Twitter* entre 2018 e 2022 e mostram que o pastorado bolsonarista se estrutura histórica e semiologicamente propagando formas de racionalidade e correlações de força que articulam o político ao religioso, ao militarismo e à crença em valores morais absolutos. Esse exercício do poder pastoral, segundo eles, torna visíveis na conjuntura nacional a emergência da vontade por uma sociedade autoritária e a crise da experiência político-democrática.

Também filiada aos Estudos Discursivos Foucaultianos, Bruna Maria de Sousa Santos, no artigo *O intolerável da educação e a manutenção das desigualdades no discurso educacional brasileiro*, investiga o funcionamento do autoritarismo no discurso educacional brasileiro, mais particularmente naquilo que concerne ao trabalho empreendido em prol do silenciamento das desigualdades e à sua conseqüente manutenção. A autora toma como materialidades analíticas duas propagandas do MEC, cujas temáticas fazem referência ao Novo Ensino Médio: a primeira delas veiculada em 2017, durante o governo de Michel Temer, e a segunda em 2021, já durante o governo de Jair Bolsonaro. As análises apontam para uma “invenção da realidade” que relega à educação um papel mercadológico e despolitizado, uma vez que seu potencial democrático constitui, para a lógica autoritária, um mal intolerável cujos avanços devem ser refreados.

Samille Jarallah Dracoulakis Midlej Ramos, Pedro Arão das Mercês Carvalho e Rogério Modesto, no artigo *Quem são os moleques e os pivetes nos dicionários de língua portuguesa? Um estudo discursivo, linguístico e histórico*, ancorados na Análise do Discurso de perspectiva materialista e na História das Ideias Linguísticas, propõem uma análise discursiva do funcionamento dos discursos racializados a partir de entradas dos verbetes “moleque” e “pivete” em dicionários de língua portuguesa produzidos entre o séc. XVIII e o séc. XXI. Os autores mostram que a memória discursiva que atravessa os verbetes em questão permite a associação, ainda hoje, de discursos racializados e efeitos de sentido pejorativos associados às designações “moleque” e “pivete”.

Em *Práticas discursivas contra a naturalização das desigualdades: o caso da experiência/enquete do Açúcar Guarani*, fundamentados nos Estudos Discursivos Foucaultianos, Felipe Masquio de Souza e Vanice Sargentini objetivam discutir como as práticas discursivas que alimentam um dispositivo atuam na naturalização das desigualdades. Para isso, analisam um discurso aparentemente homogêneo da campanha e da ação solidária da empresa Açúcar Guarani, em material divulgado nas redes sociais em 2022, a propósito de nomes tradicionais de doces, considerados politicamente incorretos e ofensivos às chamadas minorias. Os resultados das análises mostram como a heterogeneidade está presente de forma

simultânea num dispositivo colonial e decolonial e que é no discurso que são conflagradas as contradições entre as práticas sociais. No que diz respeito à mulher e à mulher negra, apontam também para os movimentos de interdição dos dizeres, o politicamente correto e o lugar de fala como movimentos correlatos da noção de “liberdade de expressão”, amplamente divulgada em nosso século nos países do mundo ocidental.

No artigo *A prática do feminicídio no espaço doméstico: punição masculina à resistência das mulheres ao Poder Patriarcal*, também por meio do método arqueogenealógico foucaultiano, Ângela Paula Nunes Ferreira e Regina Baracuhy refletem sobre o modo como a prática do feminicídio no espaço doméstico se constitui como punição à resistência das mulheres aos modos de sujeição ao poder patriarcal em relações íntimas de afeto. Para isso, analisam cinco notícias publicadas no site G1 entre 2006 e 2016 e acabam por verificar o conformismo e os consentimentos social e institucional em relação a práticas masculinas tóxicas, sustentadas por uma formação discursiva machista, patriarcal, misógina que naturaliza a violência doméstica contra mulheres, objetivando-as como contraventoras do código moral e lhes impondo a morte como punição à desobediência feminina.

Pedro Borges e Anderson Lins, em *No entremeio dos sentidos de gênero, raça e sexualidade: a construção discursiva da masculinidade negra gay em Madame Satã (2002)*, buscam compreender a intersecção dos sentidos de gênero, raça e sexualidade e seu funcionamento discursivo no processo de forja da masculinidade negra gay na obra cinematográfica *Madame Satã (2002)*. Por meio da Análise do Discurso materialista, das teorias de gênero e sexualidade, e das reflexões sobre os discursos racializados, concebem que a masculinidade negra gay é forjada pela subversão dos sentidos hegemônicos de gênero e sexualidade alinhados aos de raça.

Em *Cidade de Deus: um acontecimento discursivo na literatura brasileira contemporânea – novas enunciabilidades e visibilidades sobre o fenômeno da violência*, Ricardo Loiola Vieira e Pedro Henrique Varoni de Carvalho realizam uma análise do modo como o romance *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, instaura-se, a partir de uma efusão artística e cultural do final da década de 90, como um acontecimento discursivo na literatura brasileira contemporânea. Ancorados nos Estudos Discursivos Foucaultianos, os autores concluem que os discursos de *Cidade de Deus* associam marcas de uma sociedade atravessada por preconceitos e violência, além de enfatizar toda a vida local (nas favelas cariocas) sem estigmatizar, como comumente se faz, os sujeitos periféricos.

No artigo *No submundo do terror e da conspiração no Telegram: a construção estilística do discurso de membros-integrantes da organização Dogolachan*, Marcos Alexandre

Fernandes Rodrigues propõe analisar, dialogicamente, a construção estilística de enunciados recortados do grupo da organização neonazista Dogolachan no *Telegram*, com a intenção de verificar as posições ideológicas expressas. Com fundamentação nos trabalhos do Círculo de Bakhtin, os resultados permitem compreender que os membros-locutores da organização “Dogolachan” inferiorizam o peso sócio-hierárquico de seus alvos humanos ao desumanizá-los por meio da misoginia, do racismo e do capacitismo recreativos.

Com o olhar para um de nossos vizinhos, a Venezuela, Milagros Elena Rodríguez, por fim, no ensaio escrito em língua espanhola *Y a dónde me voy si éste es mi hogar? Crisis en Venezuela a la luz de los re-ligajes ecosóficos urgentes*, analisa respostas à pergunta “Para onde vou se este é meu lugar?”. A pesquisa vale-se de uma abordagem complexa, transdisciplinar e transmetódica para analisar discursivamente o funcionamento da crise venezuelana, a constituição de uma política de violência e seu reflexo na possibilidade da migração.

Sabemos, enfim, que existem ainda muitas outras possibilidades de análise da formação e do agenciamento das práticas autoritárias na contemporaneidade, seja do ponto de vista teórico, seja de uma perspectiva temática. Este dossiê, no entanto, permite compreender de modo amplo o funcionamento local do autoritarismo, tanto na política institucional quanto nos modos de gerir a vida. Cartografar parte dos discursos autoritários contemporâneos é, portanto, a contribuição que este dossiê promove para os estudos do discurso e, mais fortemente, para a sociedade. Boa leitura!

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Editorial Perseu Abramo, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal** (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1). 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FUKS, Julián. Contra a tentação de esquecer, os últimos anos pedem memória e justiça. **Uol**, 06 maio 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julian-fuks/2023/05/06/contra-a-tentacao-de-esquecer-os-ultimos-anos-pedem-memoria-e-justica.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

SÁ, Israel de. **Memória discursiva da ditadura no século XXI: visibilidades e opacidades democráticas**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7586>. Acesso em: 09 set. 2022.

RAMOS, Arthur. **Guerra e relações de raça**. Rio de Janeiro: Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes, 1943.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.